



Às nove horas do dia vinte e nove de setembro de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; ausências justificadas dos Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte, nos processos de nº's 10, 11, 12, 14, e 15. Convocada a Conselheira Substituta **ADRIANA OLIVEIRA** para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspiraí, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Convocada a Conselheira Substituta **ADRIANA OLIVEIRA** para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 200917498-00 (540012008-00); Prefeitura Municipal de Ourém; Prestação de Contas – 2008, Contas de Governo;** Responsável: Raimundo Zoé de Jesus Saavedra; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Resolução nº 12.712). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 200917498-00 (540012008-00); Prefeitura Municipal de Ourém; Prestação de Contas – 2008 (Contas de Gestão);** Responsável: Raimundo Zoé de Jesus Saavedra; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.441). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 200916496-00 (542222008-00); Fundo Municipal de Saúde de Ourém; Prestação de Contas – 2008;** Responsável: Raimundo Zoé de Jesus Saavedra; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo



dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multa (Acórdão nº 29.479). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação da multa. **Processo nº 201001528-00 (964382009-00); Fundo Municipal de Saúde de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas – 2008**; Responsável: Beatriz da Silva Santana; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Francisco Feitosa Fernandes; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.480). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201001530-00 (964412009-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas – 2009 - Contas de Gestão**; Responsável: Aparecida Eustáquio da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.481). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200917522-00; Comunidade Kolping Nossa Senhora de Aparecida de Marabá; Prestação de Contas – 2009**; Responsável: Maria Helena Mendes; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.482). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201609589-00; Câmara Municipal de Vitória do Xingu; Subsidio – 2016** (Resolução nº 003/2012, de 18/09/2012); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do ato (Resolução nº 12.713). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 54002008-00; Fundação Hospitalar Vale do Jari de Almeirim; Prestação de**



81 **Contas – 2008**; Responsáveis: Volnei Modesto Diniz (01.01 a 30.09.2008), Soraia Maria Leão
82 Pereira (01.10 a 30.11.2008) e Luis Carlos Pinheiro Moraes (01.31.2008); Instrução: 3ª
83 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara
84 Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
85 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
86 contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
87 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
88 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas
89 (Acórdão nº 29.483). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 914012008-00;**
90 **Fundo Municipal de Assistência Social de Curionópolis; Prestação de Contas – 2008;**
91 Responsável: Sebastião Curió R. de Moura (01.01 a 15.07) e Ediana Holanda da Silva (16.07 a
92 31.12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
93 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Retirado de pauta.
94 **Processo nº 652042014-00; Fundo Municipal de Educação de Salinópolis; Prestação de**
95 **Contas – 2014**; Responsável: Yolanda Correa de Barros; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério
96 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Contador:
97 José Maria Moreira Camos (CRC/PA nº 6175) **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.**
98 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
99 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
100 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
101 decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.484). Presidência do Conselheiro Daniel
102 Lavareda. **Processo nº 142032008-00; Companhia de Transporte do Município de Belém;**
103 **Prestação de Contas – 2008**; Responsáveis: Jane Maria da Cunha Lima (01.01 a 30.06) e Alfredo
104 Sarubby do Nascimento (01.07 a 31.12); Introdução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
105 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº**
106 **33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
107 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento
108 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O
109 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
110 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos
111 ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multas (Acórdão nº 29.485).
112 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da
113 aplicação das multas. **Processo nº 773622010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de**
114 **São Francisco do Pará; Prestação de Contas – 2010**; Responsável: Vaneide Cavalcante de
115 Souza; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva;
116 Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Contador: João Santana Leal; **Publicado no DOE nº**
117 **33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
118 posicionamento dos autos e manifestou-se irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em**
119 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
120 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de



multa (Acórdão nº 29.486). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 320022007-00; Câmara Municipal de Igarapé-Açu; Prestação de Contas – 2007;** Responsável: Dilson Cleber Tavares Melo; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Aloísio Chaves); **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira substituta apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimentos, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.487). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201108222-00 (452112000-00); Fundo Municipal de Saúde de Melgaço; Recurso Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão nº 17.882, de 20.11.2008; Responsável: Raimunda de Jesus T. dos Santos; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares); Advogada: Maria Celeste Taveira Araújo (OAB/PA nº 5.626); **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela insubsistência do Acórdão, com a reabertura da instrução processual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira substituta apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, com a alteração da decisão pela regularidade das contas, com ressalvas, e a comunicação ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.488). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201306364-00 (740032009-00); Fundo Municipal de Saúde de São Caetano de Olivelas; Recurso Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão nº 23.447; Responsável: Ana Alzira Marcel dos Reis; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora convocada para apresentar proposta de decisão: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (redistribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares); Advogada: Ana Mariléa Ribeiro do Nascimento – OAB/PA 9.437; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso, com a alteração da decisão pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira substituta apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso, com a alteração da decisão pela regularidade das contas, com ressalvas, e a manutenção das multas (Acórdão nº 29.489). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201410368-00; Instituto de Previdência do Município de Belém; Aposentadoria** (Portaria nº 010/2015, de 04.02.15); Interessado: Carlos Walter Silva Lima;



Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato (Acórdão nº 29.490). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201503109-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal; Aposentadoria** (Portaria nº 010/2015); Interessada: Rosângela do Socorro Alves de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.491). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201404103-00; Instituto de Previdência do Município de Marabá; Aposentadoria** (Portaria nº 100/2014, de 15.03.16); Interessada: Júlia Lino Barbosa de Sousa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.492). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201606950-00; Câmara Municipal de Tucuruí; Subsidio – 2016** (Resolução nº 003/2016, de 07.06.16); Interessado: Daivison Furtado da Silva; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.714). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201607007-00; Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará; Subsidio – 2016** (Resolução nº 001/2016, de 04.05.16); Interessado: Jucelino Matos Campos; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastramento do Ato, com aplicação de multa (Resolução nº 12.715). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201511546-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém; Contratos Temporários**; Interessados: Flávia Vieira Botelho e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro



do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.493). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201511553-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém; Contratos Temporários**; Interessados: Allana Patrícia da Cruz Barros e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.494). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201603340-00; Fundo Municipal de Saúde de Ipixuna do Pará; Pedido de Revisão contra a decisão contida no Acórdão nº 24.670/2009 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo)**; Responsável: Stélio Cavalho Branco Júnior; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.218, de 26.09.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Aloísio Chaves submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.716). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e cinquenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e nove de setembro de dois mil e dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão